

de 11 de Maio de 2006, dia imediato ao da obtenção do registo de doutoramento, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

Foi autorizada a contratação de Sónia Isabel Gonçalves Cardoso Pintassilgo, por conveniência urgente de serviço, como assistente além do quadro deste Instituto. O contrato produz efeitos a partir da data do despacho autorizador, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

De 9 de Junho de 2006:

Foi autorizada a rescisão do contrato de professor auxiliar de Ângela Maria Barreto Xavier neste Instituto, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2006.

(Não sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

16 de Junho de 2006. — O Presidente, *Luís Antero Reto*.

Aviso n.º 9146/2006

Por despachos do presidente do ISCTE, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos deste Instituto, publicados em anexo ao Despacho Normativo n.º 37/2000, de 3 de Agosto:

De 13 de Março de 2006:

Foi autorizada a contratação de Catarina Marina Valente Antunes Marques, por conveniência urgente de serviço, como assistente além do quadro deste Instituto, em regime de substituição e enquanto durar o impedimento do titular do lugar. O contrato produz efeitos a partir da data do despacho autorizador, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

De 16 de Maio de 2006:

Foi autorizada a contratação de Luís Manuel Antunes Capucha, por conveniência urgente de serviço, como professor auxiliar convidado além do quadro deste Instituto, em regime de tempo parcial (30%). O contrato produz efeitos a partir da data do despacho autorizador.

De 15 de Junho de 2006:

Foi autorizada a recondução de António Albino Pires de Andrade na categoria de professor auxiliar convidado além do quadro deste Instituto, a partir de 22 de Outubro de 2006.

De acordo com o n.º 2 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 20.º, do ECDU, a recondução foi aprovada em reunião do conselho científico de 6 de Junho de 2006, com base nos pareceres elaborados pelos Profs. Doutores José Paulo Afonso Esperança e Vítor Domingos Seabra Franco.

Foi autorizada a recondução de Armando Abel Castelo Trigo de Abreu na categoria de professor auxiliar convidado além do quadro deste Instituto, a partir de 1 de Outubro de 2006.

De acordo com o n.º 2 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 20.º, do ECDU, a recondução foi aprovada em reunião do conselho científico de 6 de Junho de 2006, com base nos pareceres elaborados pelos Profs. Doutores João de Freitas Ferreira de Almeida e Juan Pedro Mozzicafreddo.

Foi Mohamed Azzim Gulahussen nomeado definitivamente na categoria de professor auxiliar além quadro deste Instituto. A nomeação produz efeitos a partir de 14 de Dezembro de 2006.

Foi Reinaldo Aníbal Gomes Proença nomeado definitivamente na categoria de professor auxiliar além quadro deste Instituto. A nomeação produz efeitos a partir de 16 de Setembro de 2006.

(Não sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

19 de Junho de 2006. — O Presidente, *Luís Antero Reto*.

Aviso n.º 9147/2006

Por despachos do presidente do ISCTE, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos deste Instituto, publicados em anexo ao Despacho Normativo n.º 37/2000, de 3 de Agosto:

De 9 de Março de 2006:

Foi autorizada a contratação de Susana Isabel Almeida Tavares, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidada, em regime de tempo integral, além do quadro deste Instituto, em regime de substituição, no âmbito da acção n.º 2/5.3 do PRODEP /01, e enquanto durar o impedimento do titular do lugar. O contrato produz efeitos a partir da data do despacho de autorização.

De 27 de Março de 2006:

Foi autorizada a prorrogação do contrato como assistente de Ana Catarina de Carvalho Nunes por um biénio, com efeitos a partir de 6 de Maio de 2006.

Por despachos do secretário-geral-adjunto do Ministério da Educação de 16 de Maio de 2006 e do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, foi Lígia Maria Fortes Pinto e Neto, técnica superior principal, da carreira técnica superior de Biblioteca e Documentação, do quadro único do Ministério da Educação, autorizada a exercer funções no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em regime de requisição, pelo período de um ano, com início em 20 de Junho de 2006, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

(Não sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

23 de Junho de 2006. — O Presidente, *Luís Antero Reto*.

Aviso n.º 9148/2006

Por despacho do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de 30 de Junho de 2006, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos deste Instituto, publicados em anexo ao Despacho Normativo n.º 37/2000, de 3 de Agosto, foram nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos de informática do grau 1, nível 1, do mesmo quadro Bruno Guimarães Marçal, Nuno Miguel da Silva Alves e João Paulo Ferreira Pires, técnicos de informática-adjuntos, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal não docente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, com efeitos a partir da data do despacho de autorização, ficando exonerados da anterior categoria a partir da mesma data. (Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Agosto de 2006. — O Presidente, *Luís Antero Reto*.

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 17 530/2006

Por despacho reitoral de 23 de Março de 2006, foi o Doutor Abel João Padrão Gomes, professor auxiliar além do quadro de pessoal docente desta Universidade, nomeado definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 29 de Janeiro de 2006.

Relatório final da nomeação definitiva do Prof. Doutor Abel João Padrão Gomes, professor auxiliar da Universidade da Beira Interior

A comissão coordenadora do conselho científico da Universidade da Beira Interior, na sua reunião ordinária de 23 de Março de 2006, tendo presente os pareceres elaborados e subscritos pelos Profs. Doutores Fernando Nunes Ferreira, professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, e Carlos Manuel Pereira Cabrita, professor catedrático da Universidade da Beira Interior, sobre o relatório apresentado pelo Prof. Doutor Abel João Padrão Gomes, nos termos do artigo 25.º do ECDU, deliberou, por unanimidade, propor a sua nomeação definitiva como professor auxiliar.

23 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho Científico, *Manuel José dos Santos Silva*.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Julho de 2006. — O Reitor, *Manuel José dos Santos Silva*.

Despacho (extracto) n.º 17 531/2006

Por despachos das datas a seguir mencionadas do reitor da Universidade da Beira Interior:

De 13 de Junho de 2006:

Foi concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 14 e 17 de Junho de 2006 à mestre Rosa Marina Lopes Brás Martins Afonso, assistente convidada.

De 19 de Junho de 2006:

Foi concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 19 e 21 de Junho de 2006 ao Doutor Paulo José Tente da Rocha Santos Osório, professor auxiliar.

Foi concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 21 e 23 de Junho de 2006 ao Doutor João António Saraiva Pires da Fonseca, professor associado.

De 21 de Junho de 2006:

Foi concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 22 e 29 de Julho de 2006 ao Doutor João Carlos Correia Leitão, professor auxiliar.

Foi concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 24 e 29 de Junho de 2006 ao mestre Francisco José Peixeiro Antunes, assistente.

Foi concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 24 e 30 de Junho de 2006 ao Doutor Vadim Vladimirovich Iourinski, professor catedrático visitante.

De 23 de Junho de 2006:

Foi concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 26 e 30 de Junho de 2006 à Doutora Amélia Rute de Lima Dias Santos, professora auxiliar.

Foi concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 8 e 17 de Julho de 2006 à Doutora Maria Paula Prata de Sousa, professora auxiliar.

Foi concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 21 e 31 de Julho de 2006 ao Doutor Rui Manuel Silva Fernandes, professor auxiliar.

De 26 de Junho de 2006:

Foi concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 26 de Junho e 2 de Julho de 2006 ao Doutor José Manuel Lage Campelo Calheiros, professor catedrático.

Foi concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 27 e 29 de Junho de 2006 ao Doutor Ricardo José de Ascensão Gouveia Rodrigues, professor auxiliar.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Agosto de 2006. — O Reitor, *Manuel José dos Santos Silva*.

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina

Aviso n.º 9149/2006

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que dentro do prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, devidamente autorizado por despacho de 3 de Agosto de 2006 do reitor da Universidade de Lisboa, e em função da quota de descongelo atribuída à Faculdade de Medicina, conforme o despacho n.º 17 777/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 18 de Agosto de 2005, se encontra aberto concurso externo geral de ingresso para estagiário da carreira técnica, com vista ao provimento de um lugar da categoria de técnico de 2.ª classe da carreira técnica, funções de natureza técnica às actividades de apoio ao ensino e investigação, gestão, recursos humanos, planeamento e organização, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, de dotação global, Portaria n.º 44/89, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 19, de 23 de Janeiro de 1989, rectificada pelo despacho reitoral n.º 12 288/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 106, de 2 de Junho de 2005.

2 — Garantia de igualdade de tratamento de oportunidades — em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Foi efectuada consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, à Direcção-Geral da Administração Pública, bem como dado cumprimento à orientação técnica n.º 05/DGAP/2004, a qual informou não existir pessoal na situação de disponibilidade ou inactividade para colocação na categoria.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido para o preenchimento das vagas enunciadas e cessa com o seu preenchimento.

4.1 — O provimento dos lugares fica dependente da prévia aprovação em estágio, de acordo com o regulamento de estágio de ingresso nas carreiras técnicas superiores e técnica dos quadros da Universidade de Lisboa, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 16 de Setembro de 1991.

5 — Conteúdo funcional do lugar a prover:

5.1 — Compete genericamente ao técnico de 2.ª classe as funções de natureza técnica referentes às actividades de apoio ao ensino e investigação, gestão, recursos humanos, planeamento e organização;

5.2 — Compete especificamente ao técnico de 2.ª classe seleccionado para o lugar a prover o apoio técnico-administrativo aos processos de contratação de pessoal docente universitário, bem como os procedimentos administrativos relacionados com acumulação de funções, progressões nas carreiras, candidaturas, horários, gestão de regimes de exclusividade, provas académicas, reconduções e rescisões.

6 — Remuneração, condições e local de trabalho:

6.1 — A remuneração é a correspondente à respectiva categoria, nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, sendo as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários e agentes da Administração Pública.

6.2 — O local de trabalho situa-se em Lisboa, na Faculdade de Medicina, Avenida do Professor Egas Moniz, 1649-028 Lisboa.

7 — São condições de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — podem candidatar-se ao presente concurso os indivíduos vinculados ou não à função pública, que satisfaçam, cumulativamente, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, os requisitos constantes dos n.ºs 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatórios;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos especiais — considera-se requisito especial de admissão ao concurso encontrar-se nas condições previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

8 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento (anexo 1), em papel de formato A4, branco, dirigido ao director da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para os Serviços Técnico-Administrativos da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Avenida do Professor Egas Moniz, 1649-028 Lisboa, até ao termo do prazo fixado no presente aviso, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.1 — Do requerimento de admissão (anexo 1) deverá constar obrigatoriamente:

a) Identificação completa (nome, filiação, estado civil, nacionalidade, data de nascimento, número, local e data de emissão do bilhete de identidade), residência, código postal e telefone;

b) Habilitações académicas de base;

c) Habilitações e qualificações profissionais (cursos de formação, estágios e outros);

d) Experiência profissional, com indicação das funções relevantes para o lugar a que se candidata;

e) Quaisquer outros elementos que os interessados considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou possam constituir motivo de preferência legal;

f) Concurso a que se candidata (indicar a categoria e o *Diário da República* onde consta a sua publicação).

8.2 — É dispensada nesta fase a apresentação de documentos comprovativos dos requisitos gerais de provimento em funções públicas, desde que os candidatos declarem, sob compromisso de honra, a situação concreta em que se encontram relativamente a cada um deles.

8.3 — O requerimento de admissão deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato;

b) Certificado de habilitações literárias ou fotocópia do mesmo;

c) Fotocópia do bilhete de identidade;

d) Documentos comprovativos das acções de formação profissional complementares e das respectivas durações;

e) Documentos comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação de mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

f) Para quem tenha vínculo à função pública, declaração, passada pelo serviço ou organismo de origem, especificando a existência e a natureza do vínculo à função pública, a designação funcional e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública.